



Do fio à carne: etnografia como registro do poder, autoinstituído, dos seres humanos sobre vida e morte de outros-que-humanos

Osmar Lúcio Custódio¹

Resumo

Este artigo pretende discutir, a partir de interações com o campo, o poder autoconcedido aos humanos, de legislarem sobre a vida e a morte de outros-que-humanos, infligindo penas capitais, mediante interesses alimentares e outros consumos. Para além dos preceitos humanos de ética e moral, seres vivos não humanos são compulsoriamente convidados a participar e contribuir com seus corpos em rituais macabros. Outrossim, o manuseio de artefatos de corte, cuja constituição e propósitos visam, que estes, cada um a seu tempo, agenciem a morte, a mutilação, o descarte, dividindo os corpos de não-humanos em parte úteis e inúteis, conforme pressupostos humanos. O registro dessas interações entre seres humanos e outros-que-humanos faz parte de minha pesquisa sobre a produção de alimentos em ambiente urbano e periurbano. Em determinada fase da pesquisa participei, a convite de um interlocutor, de um ritual de morte e dilaceramento de um porco, para fins alimentares. Nesse contexto, a etnografia daquele confronto entre as facas e o corpo de outro-que-humano, impõe indagações sob uma perspectiva menos privilegiada de “homens enquanto espécie e humanidade enquanto condição”. Ainda, às questões religiosas e dogmáticas, indicativas de que ao porco só cabe a função de alimentar humanos. Outras lógicas para algumas aves e seus ovos, bovinos e seu leite. Por fim, a função comercial, pela qual classificamos outros-que-humanos conforme interesses: alimentos, de estimação e companhia para outros.

Palavras-chave: Poder, Humanidade, Consumo.

¹ Doutor em Antropologia Social/Faculdade de Ciências Sociais - PPGAS/UFG

Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre o autoconcedido direito humano em legislar sobre a vida e a morte de outros-que-humanos. A partir de interações com o campo de pesquisa, há pretensão em discutir esse estatuto humano de infligir penas capitais a seres vivos, mediante interesses alimentares, econômicos e outros consumos. Com vistas nas proposições de uma “antropologia simétrica”, desta forma, buscando pensar outros-que-humanos como provedores de diversidade e substanciais na construção do conhecimento. Parto de um pressuposto cartesiano, no qual a não-humanidade seria tudo aquilo ou aqueles portadores de deveres para com uma humanidade detentora de direitos. Dito de outra forma, partindo da constatação de que a partir do século XX, de forma distintiva, a humanidade foi capaz de dizimar todas as formas de vida da terra, incluindo a de seus espécimes (Abonizio e Baptistella, 2015). Por outro lado, voltando os olhos para os estudos das ciências - e dos animais -, considerando as situações de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade como forma de romper com a dicotomia natureza/sociedade e consequente quebra do antropocentrismo.

Entretanto, essa denúncia alarmante apresentada acima é sobretudo paradoxal. Ao mesmo tempo que a humanidade dizima variadas espécies de vida, incrementa a reprodução acelerada de outras tantas, via processo agroindustrial. Há uma seletividade humana, classificatória, para com indivíduos ou classes de indivíduos, distinguindo úteis e inúteis, incluindo a estes últimos os da própria espécie. No Brasil, por exemplo, o rebanho bovino é de 234,4 milhões de exemplares. No caso dos suínos, são outros 44,4 milhões, e de galináceos, o número de indivíduos chega a 1,6 bilhões. A contrapartida desse cuidado humano como a intensificação continuada desses rebanhos se expressa, ou se justifica, nos números relativos ao abate. No ano de 2022 foram abatidos 29,8 milhões de bovinos e 56,15 milhões de suínos. Números amplamente comemorados pelo setor, pois alcançaram um crescimento substancial em relação ao ano anterior.

Contudo, ao confrontarmos os números apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à primeira vista algo aparentava não fazer sentido, haja vista, a relação entre o tamanho do rebanho de suínos e o número de abate indicavam uma contradição. Afinal, como seria possível o número de suínos abatidos ser maior que o número de indivíduos considerados no rebanho? Porém, não há contradição. A resposta está na diferença entre o nascimento e o abate desses animais. Os suínos são abatidos entre

130 e 140 dias de vida, momento em que estes atingem entre 90 e 100 kg. Ou seja, número expressivo de indivíduos sequer são considerados como componentes do rebanho, sendo contabilizados somente nos números de abate.

Diante da vastidão do tema essa discussão se deterá, ainda que de forma recortada, e para além dos preceitos humanos de ética e moral, nas ocasiões em que seres vivos outros-que-humanos são compulsoriamente convocados a participar e contribuir com seus corpos em rituais de morte. Outrossim, o manuseio de artefatos de corte, cuja constituição e propósitos visam, que estes, cada um a seu tempo, agenciem a morte, a mutilação, o descarte, dividindo os corpos de não-humanos em parte úteis e inúteis, conforme pressupostos humanos. Além dos chips inseridos nos corpos desses animais, cujo propósito é de uma verificação contínua com o intuito do melhoramento genético. Ou seja, artefatos que seriam a extensão das mãos humanas, anexos do próprio corpo humano ou controlados por ele, que lembrando Donna Haraway (2000: 37), “híbridos – teóricos e fabricados – de máquina e organismo”, que nos impeliria, enfim, a uma condição generalizada na qual seríamos todos ciborgues.

Humanos legislando vida e morte de outros-que-humanos

As proposições para este artigo nasceram da oportunidade de acompanhar o ritual de abate de um porco em uma gleba de assentados rurais nas cercanias da cidade de Goiás, Go. Esse grupo familiar já vinha sendo pesquisado, como partícipes que são, no manejo e produção de alimentos na modalidade de agricultura familiar. A intenção era a identificação, nesse grupo, da recorrente tríade descrita em vários estudos antropológicos, a saber: terra, trabalho e família. Recorrências que geralmente emergem atreladas à ideia de “dádiva”. No caso dessa família, o excedente produzido é prioritariamente comercializado na cidade de Goiânia. Dentre esses produtos está a carne extraída de porcos, a partir de práticas que em quase nada se aproximam das práticas da agroindústria, vale ressaltar. No pouco em que se assemelham, resta a incômoda imagem da transformação da vida em coisa, ou de um não-que-humano em mercadoria.

Naquela oportunidade, acompanhei um porco adulto, de aproximadamente oito meses de vida, sendo conduzido do chiqueiro no qual se encontrava, até um patamar em concreto, construído a uma altura aproximada de sessenta centímetros em relação ao solo, cuja única finalidade é: abater porcos. Apesar da pequena distância o confronto de forças

era evidente. Assim, por mais que o porco tentasse se desvencilhar, uma estrutura lhe servia como guia. O artefato operado por dois homens, que postados paralelamente ao espécime escolhido, exerciam forças em sentidos opostos aos do porco. Desta forma, tal estratégia humana mantinha aquele pesado corpo não-humano sob controle, orientado, e que se deslocava com as próprias pernas para seu destino fatal.

A etnografia de Maria Isabel Dantas (Dantas 2008, 2021) é apropriada para percebermos a recorrência desses encontros entre humanos e porcos. Neste caso, a lida diária com os porcos é uma atribuição feminina. A alimentação a partir de restos da comida consumida pela família, denominada “lavagem”, consta como atribuição da mulher na divisão do trabalho. Neste caso assim como em minhas pesquisas, o chiqueiro está localizado nas imediações da casa. Tais razões, levam à humanização dos porcos. Essa situação gera um impasse, razão pela qual a morte do porco é atribuição de um estranho ao círculo familiar, algo que provoca a desumanização da carne e do sangue, tornando possível a dádiva, conforme Dantas.

Há variadas maneiras e diversidade de culturas para pensarmos o que é animal e o que é gente. Para alguns (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, 2004), caso de nós ocidentais, a ideia de que a cultura é uma espécie de veste que, literalmente, quando você a tira a verdade que emerge é a de somos animais. Para os indígenas ocorre o contrário. O corpo dos animais esconde uma espécie de roupa, no fundo humano, uma essência e alma humana. Sendo assim, em situações específicas, animais se revelam como gente.

O embate entre o porco e os homens, dito de outra forma, a desterritorialização do porco e seu esforço em reterritorializar, se assemelha ao exemplo de Deleuze e Guatarri (2019: 90), do touro impelido para a arena cuja única intenção é a de retornar às condições de segurança do curral, que até então vivenciava. O porco em questão, nasceu, cresceu e engordou em uma pequena baía. A hostilidade do exterior se contrapunha a sua tentativa de retornar à zona segurança representada pelo chiqueiro. Entretanto, a expectativa dos humanos era oposta às intenções do porco e o exterior implicava na consagração de seus objetivos.

Um longo punhal emergia como o artefato que traria o resultado aguardado pelos humanos com a consequente morte do porco. O propósito era de que após colocarem o porco sobre aquele patamar, superada sua capacidade de resistência, uma estocada bem aplicada - dada a experiência e capacidade técnica do autor -, forte, única, logo abaixo do

sovaco, atingiria o coração do animal, promovendo sua morte rápida, e com o menor sofrimento possível.

Ainda que minha presença naquele lugar tivesse como intuito assistir o abate e tudo mais que envolvesse aquele ritual, já havia manifestado aos meus interlocutores um total incômodo com aquela situação. Porém, a insistência deles me mantinha ali, acompanhando aquele caminhar sôfrego do porco. Em um raro momento de pura sorte, fui questionado quanto à possibilidade de me encontrar com dó do animal, algo que confirmei peremptoriamente. O interlocutor que seria responsável pela estocada fatal foi taxativo, advertindo que se alguém que estive presenciando aquela situação, fosse acometido pelo sentimento de dó, importaria um grande sofrimento ao porco. Desta forma, afirmou que seria melhor me afastar até que o abate fosse concluído. Era minha senha. Ainda que com os olhos fora do alcance daquela cena macabra, os gritos e gemidos do porco indicavam a dor pela qual estava passando. Nesse contexto, retomando Dantas (idem), os sentimentos de dó, ter pena, judiar, seriam atribuíveis como modeladores de mecanismos de animalização e desanimalização.

Durante o trabalho de limpeza do corpo desfalecido, divisão do corpo em partes simétricas, separação dos cortes em peças já classificadas, questionei quanto ao sofrimento imposto a esses animais. Não havia consenso, porém a opinião que prevalecia era a de que os porcos não possuem outra finalidade além de servirem de alimentos para nós humanos. A morte – bovinos, suínos e aves – e a fatura constituem relação direta, cuja justificativa é a de que animais não possuem alma. De forma classificatória, enquanto vacas e galinhas produzem leite e ovos, os porcos são animais sujos, que foram colocados no mundo, por Deus, para sofrerem. Esse seria um dos motivos para que não tivéssemos dó diante da sua morte. Ao contrário de bois e vacas, afirmaram, animais que chegam mesmo a chorar diante da iminência da própria morte, e até mesmo de seus pares. Os argumentos apresentados por esses interlocutores se aproximam do que na Psicologia conceitua como “Teoria da Mente”, algo como o comportamento de atribuir estados mentais a outros indivíduos e usar essas inferências para prever e explicar seu próprio comportamento (BARRETO, OTTONI e RODRIGUES, 2006).

Essa relação entre o puro e o impuro, entre o limpo e o sujo, é também uma relação entre o sagrado e o profano, lembrando aqui Mary Douglas. Para Douglas (1991: 10), a cultura é acionada em um duplo sentido, sendo que “certas restrições visam proteger os

deuses das profanações e outras proteger o profano de perigosas intervenções divinas”. Diante disso, a impureza – ou sujeira –, afirma a autora, nesses dois sentidos, constitui um perigo, uma vez que é através dela que emerge a possibilidade de um contato com o deus.

Para Marshall Sahlins (2003) – *Cultura e razão prática* –, o processo civilizador empreendido pelo Ocidente aos países periféricos, teve como uma de suas ferramentas a utilização de animais. Nesse sentido, basta lembrarmos que bois, galinhas e porcos sequer constituíam espécimes presentes na fauna brasileira. A instituição desses tipos de proteínas na nossa matriz alimentar inaugura a ideia de animais úteis e inúteis. Diante disso, animais que não pertencem a esse grupo/mercadoria podem ser extintos, uma ideia de inutilidade, portanto, de possibilidade de extermínio.

Nesse contexto, Descola (2016: 8-9), afirma que um indivíduo que tenha fome, ao se alimentar, atende ao requisito orgânico mediante uma escolha cultural. Assim, uma diferença substancial entre humanos e não-humanos se manifesta: humanos são sujeitos de direitos e, não-humanos são objetos naturais ou artificiais, destituídos de direitos por si mesmo.

Mas as manifestações humanas também são dinâmicas, a exemplo das formas e meios utilizados para a exposição de animais no comércio de carnes. Há bem pouco tempo corpos de bovinos e suínos eram expostos nos açougues, dependurados por ganchos, cujas partes se encontravam dispostas em quartos e bandas, respectivamente. Posteriormente, notadamente a partir do modelo neoliberal na década de 1980, os supermercados utilizam as divisões ou os denominados cortes. Essas inovações nada mais que parcelamentos dos corpos acondicionados em pequenas embalagens recobertas por uma camada de plástico fino e transparente, na qual se lê na embalagem, além do preço e do peso: picanha, maminha, alcatra, mix de carne, carne processada, costela, etc. Mais recentemente utilizam também as embalagens a vácuo. Ou seja, daquela situação de animalização dos açougues, lugares ensanguentados pela própria razão daquele tipo de comércio, para a desanimalização, proporcionada pelo distanciamento da imagem do animal morto. Agora, suas partes foram esquartejadas, acondicionadas em ambiente refrigerado, limpo, e especialmente, não mais de origem ignorada pois passou pelo crivo severo do sistema de vigilância sanitária. Novamente o puro e o impuro se revelam.

Mediante a divisão dos corpos de outros-que-humanos conforme tipos de cortes, tais formatos passaram a constituir formas distintivas de consumo. Há bem pouco tempo

as carnes, especialmente as bovinas, eram classificadas pelos tipos de primeira, de segunda e de terceira. Essa classificação implicava em valores diferenciados de preços ao consumidor, desta forma, cada grupo possuía um único preço os quais decaíam na ordem crescente. Atualmente, mediante a precificação por cortes, houve uma homogeneização dos preços e as variações ficaram a cargo das possibilidades gastronômicas de cada um dos tipos. Diante disso, houve, por um lado, um agregado de valor aos cortes, conforme níveis de colágeno, gorduras, proximidade aos ossos, e por outro, um apelo midiático pelo qual tornava possível diferenciar classes sociais e níveis de renda a partir do consumo de carnes. As picanhas são exemplos possíveis para tais situações. Essa parte é extraída do dorso bovino, preferencialmente das fêmeas, está localizada entre o lombo e a coxa traseira, razão pela qual cada um desses corpos possui duas dessas peças. Tal corte repercute a capacidade econômica do comensal, dado que são comercializadas por valores que se aproximam da décima parte de um salário-mínimo, chegando à totalidade deste, em alguns casos. Por esse viés, a morte e repartição dos corpos para fins comerciais, ultrapassam os fatores associados à alimentação, nutrição e necessidades proteicas na dieta humana. Imbricados nestes, há a presença de elementos culturais, cujas subjetividades escamoteiam fatores associados ao consumo, à renda, hierarquias, poder, distinções e classes sociais.

Consequências humanas aos impositivos de vida e morte dos outros-que-humanos

Mas, o que a ciência diz através da voz da Organização Mundial da Saúde (OMS)? Segundo a Agência Internacional para pesquisa sobre câncer (IARC), instituição vinculada à OMS², o consumo de carnes processadas - linguiça, bacon, presunto, salsicha, etc – provocam câncer colorretal, enquanto carnes vermelhas é “provavelmente cancerígeno para humanos”. A ingestão de 50 g de carnes processadas diariamente, implica no aumento de risco de câncer colorretal em 18%. No caso do consumo de carne vermelha – bovina, vitela, porcos, cordeiros, carneiro, cavalo e cabra -, porém não processada, foi classificada como “provavelmente cancerígeno para humanos”,

² Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/71194-onu-consumo-humano-de-carne-processada-e-carne-vermelha-aumentam-risco-de-c%C3%A2ncer#:~:text=A%20OMS%20tamb%C3%A9m%20classificou%20o,cause%20c%C3%A2ncer%20em%20seres%20humanos> – acessado em 12/11/2023

entretanto, com base em “evidências limitadas”. Aqui, ao menos aparentemente, estaríamos diante da ciência que sabe.

Os resultados de uma pesquisa publicada pela Instituto Nacional do Câncer (INCA)³, disponível em sítio do governo federal no ano de 2022, recomenda que carnes vermelhas devem ser consumidas no limite de 500 gramas semanais por indivíduo, sob pena de acarretarem câncer no intestino ocasionado pelo consumo excessivo. O principal argumento para a perpetuação no consumo de carnes vermelhas por humanos é o de lhes prover proteínas, ferro, zinco e vitamina B12, elementos presente nesses corpos não-humanos. Diante dessa condição pendular, o que estaria em jogo seria uma busca pelo equilíbrio entre risco e necessidade. Nesse contexto, o consumo *per capita* de carnes do tipo bovina no Brasil no ano de 2022 foi de 24,2 Kg, sendo que este número equivale ao consumo do ano de 2004, redução provocada pela perda de renda da população. Assim, feitas as contas, para um consumo semanal limitado a 500 gramas, considerando as 48 semanas do ano, chegaremos a um consumo anual, por indivíduo, à ordem de 24,0 Kg. Sendo assim, dada a equivalência entre consumo e recomendação, estaríamos no limite aceitável. Aqui, talvez a ciência não saiba nos informar se esse comportamento de consumo continuaria adequado ao considerarmos as substâncias químicas aplicadas às carnes como forma de conservação e estética. Lembrando Latour (2011: 21), “a ciência tem duas faces: uma que sabe, outra que ainda não sabe”.

Por sua vez, levando em conta as condições sociais, regionais e culturais, o volume consumido requer considerações não homogeneizadas, tal qual índice *per capita*. Considerar que regiões nas quais a dieta alimentar tende mais aos pescados, por exemplo, caso das regiões Norte e Nordeste, o consumo de carne bovina sugiro bem menor que os estados do Sul, Sudeste e do Centro-oeste. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA)⁴ com relação ao câncer de cólon e reto, “as maiores taxas de incidência são observadas na Região Sudeste para homens e mulheres”, afirmação que vem ao encontro do sugerido acima. Assegura ainda a publicação, que o câncer de cólon e reto ocupam a terceira posição dentre os tipos mais frequentes no Brasil, sendo que na Região Sudeste é

³Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/causas-e-prevencao-do-cancer/alimentacao/carnes-vermelhas> - acessado em 12/11/2023

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/numeros/estimativa/sintese-de-resultados-e-comentarios/cancer-de-colon-e-reto#:~:text=As%20maiores%20taxas%20de%20incid%C3%Aancia,o%20terceiro%20tumor%20mais%20frequente>

o “segundo mais incidente entre os homens (28,62% dos casos por 100 mil), assim como no Centro-oeste (17,25% por 100 mil). Na região Sul do país a incidência é de 26,89% em 100 mil, e é o terceiro mais frequente. Contrariamente, nas regiões Nordeste e Norte, as taxas são de 10,99% e 7,05%, respectivamente, para uma amostra de 100 mil.

Contudo, além dos problemas de saúde acarretados pelo consumo de carnes vermelhas, conforme disposto acima, outros fatores negativos podem ser associados à intensificação do comércio de carnes de outros-que-humanos – bovinos, suínos, aves, caprinos –, por exemplo: o efeito estufa; os problemas psicológicos e físicos dentre os trabalhadores em frigoríficos; e a substituição de biomas naturais por áreas de pastagem pela via do desmatamento. No caso da emissão de gases que implicam na intensificação do efeito estufa, as principais fontes estão concentradas na mudança ocasionada no uso do solo e das florestas e o outro, que se soma ao primeiro, associado à atividade agropecuária. As alterações nos modos de uso da terra e das florestas implicam em 55% da emissão, enquanto a atividade agropecuária corresponde a 25%. Estes dados repercutem estudos amparados na Zootecnia e nas Ciências Veterinárias e Agrárias por BERCHIELLI *at all* (2012) sobre a produção de metano entérico em pastagens tropicais.

Outro impacto associado ao comércio de carnes diz respeito à saúde do trabalhador em frigoríficos. Em sua tese sobre transtornos mentais incidentes (TMC) em trabalhadores de indústrias de abaste de suínos e aves na região oeste do Paraná, a psicóloga Romilda Guiland (2017) aponta que o extenuante trabalho nesse tipo de indústria é reconhecidamente um fator de adoecimento de trabalhadores, entretanto, em se tratando de TCM há grande dificuldade na admissão da doença como correlacionada ao trabalho. Apesar da prevalência de distúrbios osteomusculares e de transtornos mentais e comportamentais, devidamente comprovados por meio de estudos clínicos, há grande dificuldade na obtenção de reconhecimento da doença decorrente do trabalho, em vários estados brasileiros. Afirma ainda a pesquisadora que a simples correlação entre os afastamentos do trabalho por transtornos depressivos e o consequente uso de medicação antidepressiva demonstram-se incompatíveis ao percentual de trabalhadores que receberam diagnóstico positivo para TCM.

Além dos Distúrbios Osteomusculares relacionados ao trabalho, os estudos de Andrea Silveira e Álvaro Merlo (2021), pontuam ainda o sofrimento psíquico nos trabalhadores correspondente às LER – Lesões por Esforço Repetitivo, e os impactos

dessas doenças em seus esquemas corporais, situação recorrente nos frigoríficos. Silveira; Merlo (2021) também são incisivos quanto às dificuldades de serem reconhecidos os transtornos depressivos que acometem os trabalhadores desse setor, observando os variados sintomas percebidos nestes, tais como: cansaço, fadiga, lesões, desânimo, dores e limitações corporais.

Não só psicologicamente, também fisicamente, estão expostos os corpos dos trabalhadores e as trabalhadoras desse setor. Os acidentes de trabalho são relevantes na análise dessas circunstâncias. O setor empregava 560 mil trabalhadores no ano de 2020, é o que informa Bispo *at all* (2022). No artigo intitulado Acidentes do trabalho nos frigoríficos brasileiros, autora e autores afirmam que durante o ano de 2021 foram registrados 118.849 acidentes de trabalho nesse segmento, sendo que dentre as principais causas se encontram: ferramentas, máquinas, equipamentos e veículo, com 64.416 casos; substâncias químicas, materiais e produtos, com 22.700 acidentes; e as superfícies e estruturas ambientais, com 14.218 ocorrências. Ainda que considerarmos que não houve nenhum aumento no quadro de funcionários no segmento de frigoríficos, o número de acidentes corresponde a 21,3% da força de trabalho. Ou seja, um em cada 5 funcionários sofreram algum tipo de acidente de trabalho no período de um ano.

“Dois trabalhadores morreram intoxicados e outros três estão internados após terem inalado substância utilizada por um frigorífico do Mato Grosso para conservar carne. [...] Os trabalhadores teriam entrado na caixa para tentar tirar o resto de substância [...] imediatamente intoxicados pelo produto, altamente tóxico.

Os trabalhadores teriam caído dentro de um dos recipientes, com capacidade de 10 mil litros, onde havia água com metabissulfito de sódio, produto que é misturado à carne bovina. De acordo com o delegado Sérgio Ribeiro Araújo, o acidente aconteceu quando um dos funcionários, Sebastião Costa Neves, tentava limpar o recipiente”⁵

O exemplo acima é ilustrativo da situação que acomete o setor e deixa aparente alguns pontos obscuros da atividade. O consumidor brasileiro estaria consciente de que a carne que consome há uma substância considerada “altamente tóxica” que lhe é adicionada como meio para a conservação do produto? Qual seria o impacto na saúde humana pela ingestão acumulada dessa substância? Consta da embalagem essa adição? A propósito, a substância metabissulfito de sódio, pivô da tragédia descrita acima, é

⁵ Matéria publicada no sítio do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. Disponível em: <https://sinait.org.br/site/noticia-view?id=3344%2Fseguranca-e-saude-no-trabalhoacidente-em-frigorifico-mata-dois-trabalhadores>

largamente utilizada na indústria de alimentos, particularmente, no processo produtivo da carcinicultura⁶, etapa final da “despesca”. A despesca consiste no processo de retirada dos camarões da unidade de engorda, e essa substância é adicionada no processo para que os camarões obtenham: rigidez da carapaça, ausência de defeitos (necroses de formação), ausência de melanose e coloração uniforme. Ou seja, imbricamentos e condicionantes que defrontam e interagem como a trama de uma rede sociotécnica (Latour, 2016, 2001).

Ainda quanto as falhas, os frigoríficos brasileiros são uma das atividades industriais que mais geram acidentes de trabalho e doenças ocupacionais no Brasil. Essa afirmação consta de uma publicação cuja temática é relativa a acidentes de trabalho, adoecimentos e mortes em frigoríficos. Nesse trabalho, Aliaga *at all* (2021) questionam a razão por detrás de tantos acidentes nesse segmento. Exemplificam o comportamento do setor no momento de pandemia pela Covid-19. Indiferentes à perplexidade, afirmam, “o setor tentou alterar o Art. 253 da CLT, por meio de conversão em Lei da Medida Provisória MP 927/20. Essa medida suprimia da maioria dos trabalhadores a pausa prevista a qual propicia a recuperação térmica de 20 minutos a cada 1 hora e quarenta minutos de trabalho. Tal medida protege os trabalhadores do ambiente artificialmente frio, característico do setor. Apesar do claro risco à saúde do trabalhador, o setor econômico tentava convencer os legisladores de que a medida não traria prejuízos à saúde humana. O setor permanece tentando alterar essa resolução da CLT.

Nova investida contra os direitos dos trabalhadores é a tentativa de supressão de uma norma técnica que estabelece pausas psicofisiológicas para atividades repetitivas. Denominada “harmonização da NR 36”, propõe uma amenização da norma via argumentos do tipo: eventual necessidade; esse tempo é inexecutável; mediante uma análise ergonômica oferecida pelo setor.

Outras abordagens são dignas de destaque, também relacionados ao período da pandemia. Segundo Sérgio Schneider *at all*, o sistema alimentar demonstrou sua fragilidade, a exemplo do caso dos frigoríficos, no enfrentamento sustentável as “crises as quais está exposto, especialmente no que concerne a ineficiência e os riscos de saúde pública gerados pelo modelo industrial de produção e consumo de alimentos”. Fundamentam sua argumentação mediante três pontos. No primeiro alertam sobre a

⁶ Disponível em: <https://www.aquaculturebrasil.com/artigo/42/a-utilizacao-do-metabissulfito-de-sodio-como-conservante-na-industria-do-camarao-cultivado>

aglomeração de animais em pequenos espaços de confinamento, especialmente devido ao alto risco sanitário. Em segundo advertem para a extrema concentração do setor, fatores que impedem processos de inovação e diversificação, elementos que potencializam os efeitos de crises, algo que pode levar o sistema ao colapso.

No terceiro ponto, alegam que a pandemia expôs ao mundo as condições precárias de trabalho no interior dos frigoríficos. Os autores destacam que de modo a garantir os baixos custos de oferta de suas mercadorias ao consumidor e aumentar seus lucros, “as empresas necessitam manter um alto ritmo na linha de produção dos frigoríficos como forma de garantir a produtividade do setor”. Diante disso são necessários elevado número de trabalhadores, implicando que estes estejam próximos uns dos outros. Além disso, é necessário que sejam ambientes frios e com baixa renovação do ar. As condições impostas a esses trabalhadores implicaram na alta mortalidade e contaminação no contexto da pandemia da Covid-19.

Da invisibilidade ocidental a uma outra perspectiva na relação humanos e outros-que-humanos

Propositalmente, a partir de determinado ponto deste texto, passei a utilizar nomenclaturas e representações típicas dos discursos economicistas associados ao segmento frigorífico, quando me referiria a bois, vacas, porcos, frangos, galinhas, cabras etc. Os termos recorrentes nas publicações desse setor evocam nulidades que desanimalizam os outros-que-humanos, como: carcaças, peças, cortes, raça, matrizes, mercadorias, produto, carnes vermelhas, etc. Vale ressaltar o comportamento oposto quando o outro-que-humano envolvido é um cão ou um gato. Nestes casos impera uma espécie de antromorfização, situação que se insere na esfera das preocupações, dos afetos humanos, dos maus tratos.

Em se tratando de outros-que-humanos que servirão de alimentos para humanos há uma proposital invisibilidade dos entes investidos no processo que envolve a reprodução, criação, morte, esartejamento, transporte, comércio e, finalmente, o consumo. A banalização da morte, sua iminência, a obviedade do ciclo nascimento-vida-morte são divergentes entre outros-que-humanos, e percebida conforme a classificação: para comer, de companhia, na natureza. A ironia de Donna Haraway é emblemática quanto ao que envolve a segregação por animais de estimação.

“Uma de nós tem um microchip de identificação instalado debaixo da pele do pescoço; a outra tem um documento de identidade com foto, emitido pelo estado da Califórnia. Uma de nós tem um registro escrito de vinte gerações de ancestrais; a outra não sabe os nomes de seus bisavós. Uma de nós, produto de uma vasta mistura genética, é considerada “de raça pura”. A outra, igualmente produto de uma grande mistura, é “branca”. Cada uma dessas denominações marca um discurso racial e ambas herdamos, na carne, suas consequências” (HARAWAY, 2021: 9)

Destaque para o ponto de vista ocidental, o qual permanece regido pelo par dicotômico natureza/cultura ou natureza e sociedade. Na perspectiva ameríndia o antropocentrismo inexistente, o que há é uma diversidade de corpos, supõem uma unidade do espírito. Nessa perspectiva ameríndia a presença da morte é tida como um problema, pois perdem o corpo. O morto é inimigo, amigo vira inimigo ao morrer. Desta forma os corpos, assim como os porcos, se reciclam. Além disso, a transformação dos vivos em mortos traz o fato de que os humanos se transformam em algo que não é humano após a morte. Assim, os mortos não são humanos, é o contrário que humano. Exortei aqui, sinteticamente, a relação entre vivos e mortos na perspectiva ameríndia, conforme Viveiros de Castro (1996, 2015: 85-106).

Essa oposição entre o pensamento ameríndio e o ocidental impossibilitaria, a estes últimos, o tratamento oferecido aos outros-que-humanos. Afinal, pensássemos como pensam os ameríndios, tal nos conduziria a outras formas de percebermos carnes de outros-que-humanos como alimento. Para essas sociedades há um ciclo infinito pelo qual quem é o caçador em determinado momento se torna caça em outro. Há uma correlação entre porcos (queixadas) e homens. Os porcos, assim como os homens, andam em bando; os porcos, assim como os homens, são gregários; os porcos, assim como os homens, são barulhentos; os porcos, assim como os homens, são sujos. Sendo assim, nessa relação de proximidade, de uma quase identidade, os homens ao morrerem se tornam porcos. Há uma reciclagem infinita, os porcos se tornam caça para os homens. Há uma corresponsabilidade, um comprometimento, pelo qual os seres humanos dependem dos animais vivos para sobreviverem, e os animais vivos dependem dos humanos mortos para que possam se reproduzir (idem).

Conclusão

Questionei logo de início sobre esse autoconcedido direito humano de legislar sobre a vida e a morte de outros-que-humanos, uma vez que eram intimados a participar

com seus corpos em rituais que envolviam sua própria morte. Afirmar que humanos, no decorrer do tempo, passaram a classificar outros-que-humanos, conforme categorias úteis e inúteis, e uma subclassificação entre os de comer, os de companhia e os na natureza. Também, apresentei as consequências de um modelo no qual os frigoríficos são seus maiores representantes, lugares nos quais outros-humanos são utilizados como meios para abate e parcelamento de corpos de outros-não-humanos.

Esses questionamentos e constatações partiram do estímulo inicial de um momento etnográfico que consistia na iminente morte de um porco, cujos envolvidos, além do porco, traziam consigo dogmas e explicações sobre aquele processo ritual. No decorrer do texto afloraram relações entre o comportamento humano e a ciência que o legitima, explica e justifica. Também de outros híbridos não-humanos que tecem a rede sociotécnica que asseguram o processo. Substâncias químicas autorizadas por agências reguladoras governamentais, as quais deveriam fazer a interface entre o público e o privado, entretanto, tomam medidas que tendem a estes últimos.

Tais substância que suscitaram questões quanto a credibilidade das ciências ao estabelecer quantidades máximas de consumo de carnes vermelhas. Afinal, não nos foi apresentada a metodologia utilizada para verificar que a ingestão máxima de 500 g semanais de carne de outros-que-humanos, desumanizados, seria razoável para evitarmos o acometimento de câncer colorretal. Parece possível supormos que o diagnóstico de uma pesquisa desse vulto foi mediado por embates políticos e considerações geopolíticas. Se pesquisas científicas demonstraram que o consumo de carne vermelha é indicativo para câncer em um percentual expressivo de casos, parece razoável uma indicação da OMS para uma redução drástica no consumo.

Ao fim das contas, o modelo estabelecido que possui como estratégia a utilização de grandes extensões de terras para a criação de outros-que-humanos, os quais possuem como única finalidade o envio para o abate em frigoríficos, requer ser repensado. Do ponto de vista ambiental essas terras anteriormente eram recobertas por biomas naturais – Cerrado, Amazônia, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa –, incluso neles a fauna que habitava essas regiões. A pecuária possui como elemento principal a formação de pastagens, conseqüentemente a derrubada das espécies nativas. Além das queimadas que sucedem os desmatamentos. Do ponto de vista da alimentação, nos deparamos com uma controvérsia: ainda que a humanidade necessite da oferta proteica para sua sobrevivência,

a ciência vem nos avisar que o custo desta matriz alimentar é a alta incidência de câncer colorretal que ela apresenta. Resta a questão do trabalho insalubre e caracteristicamente provedor de altos índices de acidentes e traumas que acomete trabalhadoras e trabalhadores que labutam no setor frigorífico. Vale lembrarmos, ainda, dos altos recursos públicos dispendidos com subsídios para o setor, além dos custos sociais que são impostos ao erário mediante aposentadorias antecipadas, pensões e impactos no sistema público de saúde.

Uma passada de olhos no que nos ensina Isabelle Stengers (2020)⁷ pode ser de grande valia. Na análise prática de um problema, na qual o poder de julgar depende de abordagens científicas, racionais, objetivas quanto a situação, além das crenças, costumes, hábitos ilusões e demais subjetividades que a envolve, dependem das definições dos atores dessa situação. Dessa forma, a satisfação “das exigências de uma ciência é sempre da ordem do poder: nós podemos exigir, pois estamos seguros que aquilo a que nos dirigimos tem o poder de confirmar a legitimidade das nossas questões”.

Esse poder autoinstituído humano de legislar sobre a vida e a morte de outros-que-humanos não se restringe a bois, vacas, porcos, cabras e galinhas, também árvores, lobos, onças, peixes, queixadas, antas, além de outros humanos. Se trata de um poder compartilhado e legitimado, que envolve outros-que-humanos, segregados entre úteis e inúteis.

Referências

ALIAGA, Márcia K. Lopes, *at all*. 2023. Por que tantos acidentes de trabalho, adoecimentos e mortes em frigoríficos? **Le Monde diplomatique**, Edição 196, nov.

BAPTISTELLA, Evelline Teixeira; ABONIZIO, Juliana. 2018. A relação homem x animal na mídia: uma análise das editorias especializadas. **III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo Ambiental**: 358-373 Disponível em: enpja.com.br/

BERCHIELLI, Telma Terezinha; MESSANA, Juliana Duarte; CANESIN, Roberta Carrilho. 2012. Produção de metano entérico em pastagens tropicais. **Revista Brasileira de Saúde**. Salvador, BA. vol. 13 n-4, out/dez.

⁷ Publicação condensada em *Cosmopolitics II* com título “The Curse of Tolerance”, Capítulo VII, University of Minnesota Press, 2011.

BISPO, Esther da Cruz, *at all.* 2022. Acidentes do trabalho nos frigoríficos brasileiros. **Research, Society and Development**, v. 11, nº 11. Disponível em: [file:///C:/Users/Samuel/Downloads/33356-Article-376704-1-10-20220822%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Samuel/Downloads/33356-Article-376704-1-10-20220822%20(1).pdf)

DANOWSKI, Débora; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 2015. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Cultura e Barbárie Editora. Florianópolis, SC.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 2019. **Mil Platôs**, Vol. 1. Editora 34 Ltda. São Paulo, SP.

GUILLAND, Romilda. 2012. **Aspectos epistemológicos e psicométricos de agravos à saúde mental de trabalhadores de frigoríficos do oeste do estado do Paraná.** Repositório Institucional da UFSC. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182700?show=full>

LATOUR, Bruno. 2001. **A esperança de pandora.** Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos. Tr.: Gilson César C. de Sousa. Edusc. Bauru, SP.

_____. 2011. **Ciência em ação.** Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. Editora Unesp. São Paulo, SP.

_____. 2016. **Jamais fomos modernos.** Tr.: Carlos Irineu da Costa. Editora 34. São Paulo, SP.

HARAWAY, Donna. 2000. Manifesto ciborgue. In.: **Antropologia do ciborgue.** As vertigens do pós-humano. Autêntica Editora. Belo Horizonte, MG.

_____. 2021. **Manifesto das espécies companheiras.** Editora Bazar do Tempo. Rio de Janeiro, RJ.

OTTONI, Eduardo B.; RODRIGUES, Cláudia F.; BARRETO, Janaina Corazza. 2006. Teoria da mente e compreensão da representação gráfica de conteúdos mentais (“balões de pensamento”). **Interação em Psicologia**, Curitiba, jul/dez, p. 225-234. Disponível em: file:///C:/Users/osmar/Downloads/Teoria_da_Mente_e_compreensao_da_representacao_gra.pdf

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel; LEONARDI, Alex; MARINHO, Marisson de M. 2020. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Instituto de Estudos Avançados**, 34 (100), p. 167-188. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>

SILVEIRA, Andrea Luiza da.; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. 2021. Trabalhador 100%: a função do imaginário em processos de sofrimento psíquico em uma unidade frigorífica. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, Volume 24, n 2, p. 153-168. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cpst/v24n2/v24n2a01.pdf>

STENGERS, Isabelle. 2020. **A maldição da tolerância.** Revista de Antropologia da UFSCAR, 12(1), jan/jun. p.393-400.

CASTRO, E. V. de. 1996. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, 2(2): 115-144. <https://doi.org/10.1590/5014-9312199600200005>.